

## Governo envia proposta aos docentes

### Futuro dos salários, benefícios e carreiras está em jogo

Em 30 de novembro, os professores das universidades federais terão uma ideia de como devem ficar seus salários e benefícios para os próximos anos. Este é o prazo-limite da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional para a apresentação de qualquer projeto de lei (PL) relativo a reajustes de servidores. A tramitação dos PL entre os parlamentares visa aos efeitos financeiros em 2016, mas o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) busca firmar acordos por períodos mais longos.

O governo já afirmou que só mandará ao Congresso os projetos de lei precedidos de acordo entre as categorias e a Secretaria de Relações do Trabalho do MPOG.

#### Reajustes

Em proposta recentemente enviada às entidades representativas dos professores, o governo reafirmou o reajuste das tabelas salariais das carreiras do MS e do EBTT em 5,5%, no mês de agosto de 2016, e, adicionalmente, de 5,0%, em janeiro de 2017. As novas negociações de aumentos salariais aplicáveis a partir de 2018 seriam feitas em 2017.

#### Benefícios

Também haveria reajustes de benefícios a partir de 1º de janeiro de 2016. O auxílio-alimentação aumenta dos atuais R\$ 373,00 para R\$ 458,00; a assistência à saúde vai do atual valor *per capita* médio de R\$ 117,78 para R\$ 145,00; e a assistência pré-escolar saíria do atual *per capita* médio de R\$ 73,07 para R\$ 321,00.

#### Reestruturação de carreiras

A proposta apresenta a reestruturação das carreiras de MS e EBTT, de forma a torná-las lógicas e baseadas apenas no piso de professor graduado das classes A (MS) ou D I (EBTT), nível 1. Haveria o que está sendo chamado de "harmonização" da estrutura salarial das carreiras a partir dos parâmetros do acordo de 2012.

O governo propõe a reestruturação em três etapas anuais (de 2017 a 2019, com impactos igualmente distribuídos). A medida criaria, ao final deste período, relações percentuais bem definidas entre o Vencimento Básico (VB) e a Retribuição por Titulação (RT). Também haveria percentuais fixos entre os regimes de trabalho de 20 horas, 40 horas e

dedicação exclusiva. Além disso, ocorreriam "steps" entre classes e níveis, com percentuais predeterminados (confira a proposta completa, além dos itens específicos da pauta, em [www.adufrj.org.br](http://www.adufrj.org.br)). Na página eletrônica, a matéria também traz o posicionamento preliminar do Andes-SN, do Proifes e do Sinasefe).

O governo deu o prazo de 26 de novembro para uma resposta. O Andes-SN solicitou o adiamento para 30 de novembro, tendo em vista a reunião do setor das Federais da entidade já convocada para os dias 28 e 29 de novembro. Até 26/11, a Adufrj deve enviar sua posição ao Andes-SN e, neste sentido, está convocando uma assembleia no dia 25, às 12h (veja convocação ao lado).

## Assembleia da Adufrj discute proposta neste dia 25

A proposta do governo para os professores federais será a pauta da primeira assembleia geral convocada pela nova diretoria da Adufrj. É a oportunidade para estrear algumas mudanças de metodologia da reunião sindical, conforme anunciado na campanha eleitoral: haverá, por exemplo, votação em urnas sobre o tema. Os docentes não sindicalizados também poderão votar em cédulas com



ASSEMBLEIA UTILIZARÁ URNAS

uma cor diferente.

Está prevista, ainda, transmissão online

da reunião (confira o link no site [www.adufrj.org.br](http://www.adufrj.org.br)).

Mas nem tudo poderá ser feito como deseja a diretoria. Diante da necessidade de responder, com urgência, ao cronograma do governo (até dia 26), não foi possível organizar a realização de assembleias multicampi. Vale ressaltar que o documento governamental com a proposta chegou à Seção Sindical na véspera do feriado (19), à noite.

#### ASSEMBLEIA GERAL

Dia: 25/11 (quarta-feira), às 12h

Local: Centro de Ciências da Saúde (CCS) da UFRJ - Bloco B Auditório Francisco Bruno Lobo (Bezão) - Cidade Universitária - Ilha do Fundão - RJ

#### Pauta e planejamento:

- 12h - Primeira convocação com quórum de 10% dos sindicalizados;
- 12h30 - Segunda convocação com qualquer número de sindicalizados;
- Até 13h - Apresentação da proposta do governo para negociação 2015;
- 13h às 15h - Discussão da proposta;
- 15h às 18h - Votação em urnas a favor ou contra a assinatura da proposta do governo apresentada no **ofício SEI nº 23540/2015-MP**;
- 18h - Apuração e fim da assembleia.

# Posição da Diretoria da Adufrj sobre a proposta do governo

A Diretoria da Adufrj reitera seu descontentamento com o reajuste em duas parcelas pelo índice de 10,8% proposto pelo governo, pois é inferior à inflação no período. No entanto, é importante considerar que outros sindicatos de servidores públicos, inclusive a Fasubra, aceitaram esse percentual. A falta de efetividade da greve deste ano como mecanismo de pressão não nos deixou alternativas. Acreditamos que uma posição intransigente nas negociações enfraquece o movimento docente e fragiliza seu poder de pressão.

Por outro lado, além do reajuste, foi proposta uma reestruturação da carreira que dá maior racionalidade à promoção, progressão, retribuição de titulação e regime de trabalho, e visa atender a uma demanda antiga do movimento docente. A Diretoria da Adufrj entende que esta reestruturação deve ser considerada na decisão de aceitar ou rejeitar a proposta do MPOG.

## PONTOS EM DESTAQUE DA REESTRUTURAÇÃO:

1

O aumento do Vencimento Básico (VB) fica desvinculado da reestruturação da carreira, facilitando a negociação de aumentos no futuro a partir do reajuste somente do VB;

2

A titulação por doutorado é valorizada;

3

A remuneração dos regimes 20h e DE é priorizada e o regime 40h é considerado excepcional;

4

Mecanismos são instituídos para assegurar a isonomia entre docentes do Magistério Superior (MS) e do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT);

5

Os ganhos percentuais obtidos com a reestruturação serão adicionais em relação ao reajuste de 10,8% no VB;

6

O período de vigência do reajuste do VB é de 2016 e 2017, possibilitando a negociação de novo reajuste em 2017 para vigência em 2018.

## Audiência do dia 4/12 decide sobre crise na terceirização

As diferenças entre a UFRJ e a empresa terceirizada Venturelli (do setor de limpeza, almoxarifado e portaria) voltarão a ser avaliadas em uma audiência no Ministério Público do Trabalho do Rio marcada para 4 de dezembro.

Em reunião realizada no último dia 19, na sede do MPT-RJ, a vice-reitora da universidade, Denise Fernandes, observou que foram feitos os pagamentos das notas devi-

das à firma. Embora, de acordo com a Procuradoria do Trabalho, não tenham sido apresentados alguns documentos comprobatórios disso. A empresa, que não está honrando os pagamentos aos funcionários, informou só possuir contratos com entes públicos: sete na Região Norte e um no Sudeste (com a UFRJ) e todos estão atrasando os repasses, inviabilizando suas operações.

A procuradora do MPT-RJ

Carina Rodrigues Bicalho, que está conduzindo o caso, decidiu insistir na tentativa de solução negociada entre as partes, antes de partir para qualquer sanção contra a empresa.

Mas isso não quer dizer que um desfecho será estendido indefinidamente. Se, em 4 de dezembro, a Venturelli não confirmar os pagamentos integrais de setembro e outubro aos funcionários, será ajuizada uma ação no dia seguinte contra a firma

para cumprimento do Termo de Ajuste de Conduta (TAC): o contrato será considerado rescindido, os empregados estarão na rua e a Venturelli terá de arrumar o dinheiro para, além de pagar salários e benefícios, acertar multas diárias em favor de cada funcionário e para o Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT. A UFRJ também corre o risco de ser responsabilizada pela crise, assim como o governo federal.

## Adesivos na Ponte do Saber

A nova diretoria da Adufrj já determinou, desde a data de sua posse, a retirada dos adesivos fixados na Ponte do Saber durante a greve, encerrada em agosto. A

operação ainda não se completou por dificuldades alegadas pela empresa responsável por descolar as imagens da estrutura, pois elas foram fixadas com uma cola

extremamente potente.

A direção da Adufrj pressiona insistentemente a empresa para superar o inconveniente criado.